

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ALLAN PHILIPPE SANTOS GÖPFERT PINTO ELIAS

**GRUPOS DE PRESSÃO E SUAS INFLUÊNCIAS NO PODER  
LEGISLATIVO:  
Um estudo de caso da Câmara Municipal de São José dos Campos**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2015

ALLAN PHILIPPE SANTOS GÖPFERT PINTO ELIAS

**GRUPOS DE PRESSÃO E SUAS INFLUÊNCIAS NO PODER  
LEGISLATIVO:  
Um estudo de caso da Câmara Municipal de São José dos Campos**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.  
Orientadora: Profa. Ana Paula Myszczyk

CURITIBA - PR

2015

## DEDICATÓRIA

*“Como nenhuma obra começa sem que haja o poder que vem do Altíssimo,  
dedico este trabalho a Deus,  
que me presenteou com uma família maravilhosa,  
uma incrível companheira  
e uma vida repleta de bênçãos, sendo  
esta monografia o resultado de uma de Suas bênçãos.”*

## AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão a duas pessoas que foram importantes na minha vida, primeiramente a minha avó Nancy (*in memorian*) que com toda sua perseverança me ensinou a valorizar os estudos e ao meu avô João (*in memorian*) que com todo seu amor, me ensinou que podemos, com humildade, alcançar qualquer coisa. Sem estas duas maravilhosas pessoas na minha vida, não seria a pessoa que hoje sou e não teria tantos sonhos que hoje tenho.

Na pessoa da Orientadora Profa. Ana Paula Myszczuk, agradeço profundamente a todos professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que com muita dedicação puderam contribuir predominantemente com a realização deste trabalho, inclusive compartilhando com seus conhecimentos e orientação, mesmo aos domingos e feriados. Ressalto também os professores que participaram da banca e contribuíram grandemente no resultado final: Thiago Cavalcante e João Mansano.

Aos vereadores da Câmara Municipal de São José dos Campos e líderes dos grupos de pressão que contribuíram com este trabalho.

Agradeço a namorada, os amigos, colegas de sala, parentes, a Isabella Alvarenga e todos aqueles que dedicaram um pouco do tempo para compartilhar conhecimento, me ouvir, dar sugestões e o suporte necessário para concluir este trabalho.

ELIAS, Allan Philippe Santos Göpfert Pinto. Grupos de pressão e suas influências no Poder Legislativo: um estudo de caso da Câmara Municipal de São José dos Campos em sua 16ª legislatura. 2015. 39 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015

## RESUMO

Existem fatores externos que influenciam as decisões do Poder Legislativo. E este trabalho tem como delimitação do tema o estudo sobre os Grupos de Pressão e suas influências no Poder Legislativo, assim, como objetivo geral, o trabalho busca indicar quais foram os tipos de grupos de pressão que agiram na 16ª legislatura, tentando obter influências nas decisões dos vereadores. O estudo foi realizado na Câmara Municipal de São José dos Campos e como instrumento de coleta de dados, foram utilizados questionários de pesquisa, com vereadores e líderes de grupos de pressão, a fim de obter suas opiniões a respeito do tema. Também houve a visita do autor em sessões de Câmara, onde foi anotado todos os fatores que pudessem contribuir com o trabalho. Como desfecho, no último capítulo o autor apresenta a resposta para todos os objetivos de pesquisa e informações adicionais que contribuíram com o presente trabalho.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Poder Legislativo. Grupos de Pressão.

ELIAS, Allan Philippe Santos Göpfert Pinto. Pressure groups and their influence in the Legislature: a case study of the town hall of São José dos Campos its 16th Legislature. 2015. 39 f. (Specialization in Public Management Municipal) – Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015

## **ABSTRACT**

There are external factors that influence legislative decisions. And this work is the issue of delimitation of the study of pressure groups and their influence in the legislative branch as well as a general goal, the paper attempts to indicate what were the kinds of pressure groups who have acted in the 16 legislature, trying to get influence the decisions of the directors. The study was conducted in São José dos Campos and as a data collection instrument , questionnaires were used with councilors and pressure group leaders in order to get their opinions on the subject. There was also the author's visit in camera sessions, which was observed all factors that can contribute to the work. As the result in the last chapter the author presents the answer to all research objectives and information that contributed to this work

**Keywords::** Public Policies. Legislative Power. Pressure Groups

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Acredita que “grupos de pressão” conseguem influenciar na decisão dos vereadores?.....	25
Gráfico 02 - Já mudou alguma decisão por respeito e influência de grupos de pressão?.....	25
Gráfico 03 - Você toma decisões imaginando sobre as consequências delas?.....	26
Gráfico 04 - Suas decisões são baseadas no pensamento coletivo?.....	26
Gráfico 05 - Suas decisões são baseadas tentando imaginar a opinião dos grupos de pressão?.....	27
Gráfico 06 - Teme em tomar decisões e ser questionado por grupos de pressão?.....	27
Gráfico 07 - Nesta legislatura recebeu muita influência de grupos de pressão?.....	28
Gráfico 08 - Nesta legislatura, de todas suas decisões, nenhuma ou quase nenhuma foi baseada no poder de influência de grupos de pressão?.....	28
Gráfico 09 - Nesta legislatura de todas suas decisões ou quase todas foram baseadas no poder de influência de grupos de pressão?.....	28
Gráfico 10 - Acha que o grupo de pressão é importante para exercer o poder popular?.....	29

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
1.1 Tema .....	9
1.2 Problema.....	10
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Objetivos.....	10
1.5 Metodologia.....	10
1.6 Local de Pesquisa .....	11
1.7 Etapas do Trabalho .....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
2.1 Políticas Públicas.....	12
2.2 Poder Legislativo .....	14
2.3 Grupos de Pressão .....	16
3. ABORDAGENS AOS ATORES ENVOLVIDOS.....	20
3.1 Ambiente de Pesquisa.....	20
3.2 Tipos e Técnicas de Pesquisa .....	21
3.3 Coletas de dados .....	22
3.4 Análise de dados .....	24
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	25
4.1 Entrevista com os vereadores .....	25
4.1.2 Resultados das respostas – perguntas abertas.....	29
4.2 Entrevista com líderes de grupos de pressão.....	30
4.3 Visitação no local e resultado das observações .....	31
4.4 Discussão de resultados .....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS .....	36
APÊNDICES.....	38



# 1. INTRODUÇÃO

O ser humano busca incessantemente pelas suas realizações, seja a busca pela comida, fogo, abrigo, enfim, pela sobrevivência. E é visível neste processo, que o homem sempre procura satisfazer os seus desejos, e quanto mais se desenvolve, mais criteriosos e rigorosos são seus objetivos. No entanto, com o desenvolvimento da sociedade, foi necessário criar um meio para que todos pudessem viver coletivamente e em busca do bem comum, criando assim uma instituição para controlar e administrar o povo – o Estado, responsável pelo controle social.

No atual cenário, a Constituição Federal representa a lei máxima da sociedade brasileira e nela está representada todas as obrigações e direitos individuais e coletivos, estipulando as obrigações do Estado para com seu povo e vice-versa.

Ocorre que a Administração pública é comandada por homens, que estão em constantes buscas pelas suas realizações. Assim, por mais que os agentes públicos trabalhem para o bem comum, eles poderão ser influenciados, ou por suas próprias opiniões, ou pressionados por fatores externos, principalmente os agentes públicos diretamente eleitos pelo povo.

A Constituição Federal é complexa e exige com que a Administração Pública conceda ao menos as necessidades básicas à população, mas por outro lado, a máquina financeira é limitada e no meio do processo todo de definição de prioridades, para formulação das agendas de políticas públicas, encontra-se os **Grupos de Pressão**, que são grupos de pessoas reunidas para aumentar a pressão em cima das decisões destes representantes e influenciar em alguma parte do processo da formulação de políticas públicas, tentando intervir a fim de que estes representantes priorizem suas pautas.

Assim sendo, o que pode ser prioridade para um, pode não ser a outro, e o Poder Legislativo possui um grande papel para representar esta coletividade dividida em opiniões opostas. E para compreender todo este processo, desde as políticas públicas até as funções do Legislativo é necessário efetuar um estudo primeiramente a nível municipal, para assim decifrar e começar a entender as “quedas de braços” na formulação da agenda de prioridades e para isso, o trabalho busca compreender exatamente este tema.

## 1.1 Tema

Grupos de Pressão e suas influências no Poder Legislativo – um estudo de caso da Câmara Municipal de São José dos Campos.

## **1.2 Problema**

Quais foram os tipos de grupos de pressão que agiram na 16ª Legislatura, tentando obter influências nas decisões dos vereadores?

## **1.3 Justificativa**

É comum ver nos noticiários, membros do Poder Legislativo agindo por influência de alguma força externa, assim, o autor objetivou explorar mais sobre os grupos que estão por trás dos bastidores legislativos, pois, embora haja diversos autores respeitáveis conceituando o tema, é constatado pouca pesquisa de campo, principalmente a nível municipal.

O estudo sobre grupos de pressão deu-se pela busca de um tema inédito e que pudesse ser explorando em paralelo com a atividade profissional do autor, o qual, por trabalhar em uma entidade sindical, entendeu que o estudo sobre este tema também poderia agregar valores intelectuais para outras entidades sindicais e qualquer outros tipos de grupo de pressão.

## **1.4 Objetivos**

Objetivo geral:

- Identificar quais foram os tipos de grupos de pressão que agiram na 16ª Legislatura, tentando obter influências nas decisões dos vereadores.

Objetivos específicos:

- Verificar quais foram as técnicas utilizadas por estes grupos;
- Apresentar os resultados que estes grupos tiveram;
- Pesquisar a opinião dos vereadores e líderes de grupos de pressão a respeito do tema;

## **1.5 Metodologia**

A metodologia utilizada para realização deste trabalho dividiu-se em duas fases. A primeira fase adotou uma metodologia de abordagem qualitativa, onde para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa:

- 02 (dois) Questionários: Um questionário entregue aos vereadores a fim de pesquisar suas opiniões em relação ao tema e verificar quais foram os grupos de pressão que agiram durante a legislatura. E após constatado estes grupos, através das informações

relatadas pelos vereadores, foi entregue outro tipo de questionário aos líderes de grupos de pressão, para registrar suas opiniões em relação ao tema.

- Técnicas de observação: O autor participou de sete sessões de Câmara e percorreu pelos seus corredores a fim de registrar todas informações que pudessem agregar ao trabalho e, em seguida, efetuou uma análise sobre cada ideia apresentada por este meio de coleta.

A área e universo de estudo foi a Câmara Municipal de São José dos Campos, em sua atual legislatura – 16ª e a população investigada foi: os vereadores, líderes de grupos de pressão e população em geral envolvida no fenômeno.

A segunda fase da metodologia, adotou a abordagem quantitativa, que através das informações colhidas pelos questionários, foi realizado gráficos através de programa de planilha e apresentado as considerações do autor.

Vale ressaltar que, embora a pesquisa ocorreu durante a 16ª Legislatura, a pesquisa de campo foi iniciada em 27 de Julho de 2015 até 04 de Outubro do mesmo ano, portanto, a pesquisa foi finalizada antes do término da 16ª Legislatura.

## **1.6 Local de Pesquisa**

O local de pesquisa foi na cidade de São José dos Campos, principalmente na Câmara Municipal, em sua 16ª legislatura.

## **1.7 Etapas do Trabalho**

Este trabalho é constituído de 05 capítulos, sendo:

Capítulo I: Encontra-se esta introdução;

Capítulo II: Consta a fundamentação teórica, a qual o autor buscou conceituar as seguintes palavras-chave: Políticas Públicas, Poder Legislativo e Grupos de Pressão, e realizar uma ligação entre estas palavras, dando assim a estrutura teórica necessária para entender como funciona todo o processo de influência dos grupos de pressão no Poder Legislativo.

Capítulo III: É o local onde o autor explicou a metodologia aplicada no processo, o local de pesquisa, como foi realizada a coleta e suas análises;

Capítulo IV: O autor fez uma breve análise de cada coleta obtida na pesquisa. Neste capítulo foi apresentado o resultado das entrevistas com os vereadores, líderes de grupos de pressão e a população em geral.

Capítulo V: Está localizado toda a conclusão do trabalho, apresentando todas as respostas aos objetivos e as considerações finais da parte do autor.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Políticas Públicas

O Estado foi se desenvolvendo com o tempo, passando de um Estado em que seus principais objetivos eram: a segurança pública e a defesa contra ataques externos, para um Estado mais social, coletivo e democrático, embasado em seu coração a Constituição Federal, delegando direitos e deveres tanto coletivos, quanto individuais, do povo para com o Estado e vice-versa. No papel do Estado em fornecer o mínimo dos direitos coletivos à população, como educação, saúde, segurança e bem estar, cabe a Administração Pública traçar estrategicamente seu plano de ação para conseguir, com sucesso, colocar em prática todo seu planejamento.

A princípio é necessário entender que “as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (SEBRAE/MG, 2008, p. 5). Assim sendo, é tanto na teoria, quanto na prática, um processo complexo e as atitudes tomadas nestas ações impacta no cotidiano de cada cidadão: o transporte, o trabalho, o salário, o preço da gasolina, o preço dos produtos importados, a saúde, e todos serviços públicos. Portanto conforme explicação de Saraiva (2006), políticas públicas “trata-se de um fluxo de decisões públicas”, assim sendo, todos esses serviços mencionados são resultados de políticas públicas.

No Brasil os estudos sobre Políticas Públicas são recentes como dissertado por Frey (2000):

Nos Estados Unidos, essa vertente de pesquisa da ciência política começou a se instituir já no início dos anos 50, sob o rótulo de “*policy science*”, ao passo que na Europa, particularmente na Alemanha, a preocupação com determinados campos de políticas só toma força a partir do início dos anos 70, quando com a ascensão da socialdemocracia o planejamento e as políticas setoriais foram entendidos significativamente. Já no Brasil, estudos sobre a políticas públicas foram realizados só recentemente. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. (FREY, 2000, p. 214).

Neste cenário de políticas públicas, a população, em suas diferentes demandas, pressiona seus representantes públicos, responsáveis por tomar decisões, para priorizar seus interesses. E cabe aos representantes selecionar qual demanda irá colocar como prioridade em sua agenda de políticas públicas, afinal a quantidade de demanda é muito superior com a possibilidade de recursos tanto financeiros, quanto matérias, para execução de todas as demandas, ou, como a maioria das vezes, a prioridade de um pode ser o oposto da prioridade de outro.

Tude, Ferro e Santana (2010) explicam que “a elaboração de Políticas Públicas consiste em um ciclo de fases sequenciais através do qual as demandas políticas são recebidas e analisadas e são projetados e implantados os meios para que essa demanda sejam supridas”, e neste mesmo contexto, Saraiva (2006, p. 32) divide este ciclo em: (I) formação de agenda, (II) elaboração, (III) formulação, (IV) implementação, (V) execução, (VI) acompanhamento e (VII) avaliação. Este autor, a grosso modo, explica que:

- A formação de agenda é a inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público;

- A elaboração é o processo que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação de possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação de custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades;

- A formulação inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro;

- A implementação constitui pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la;

- A execução é o conjunto de ações destinados a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É colocar em prática efetiva a política, é sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia;

- O acompanhamento é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos;

- A avaliação consiste na mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.

Após conceituar políticas públicas e seus ciclos, é fundamental buscar entender quem são seus atores e para isso, necessita-se compreender que há dois tipos de atores: os públicos e os privados. Os atores públicos são os políticos e os burocratas. Tude, Ferro e Santana (2010) explicam que os atores privados são aqueles que não estão diretamente ligados à

Administração Pública, no entanto visam participar das decisões do Estado, como exemplo de: organizações não governamentais (ONGs); mídias em geral; movimentos sociais, sindicatos, corporações empresariais, associações da sociedade civil, grupos políticos, entidades representativas, etc

Conseqüentemente, quando estuda-se a conceituação, o ciclo e os atores envolvidos, entende-se que a combinação destes fatores é um fenômeno político complexo e cheio de brechas, pois há muita briga pela formulação das agendas, pelos interesses coletivos e muita atuação de fatores externos, que podem agir tanto com negligência e omissão de certos fatores, quanto com forte pressão para que suas demandas sejam priorizadas.

## 2.2 Poder Legislativo

Rousseau (1762, p. 43) explica que para descobrir as melhores regras da sociedade que convêm às nações, seria necessária uma inteligência superior que visse todas as paixões sem experimentar nenhuma e que dignasse a entender nossa felicidade, sendo a sua independente de nós. Seriam necessários deuses para dar lei aos homens. Seria necessário representantes, um líder para o coletivo.

Maluf (1999, p.227) nos explica que a ideia de representação vem de tempos passados, ligando-se possivelmente aos ensaios iniciais de governação. Primitivamente foram os sacerdotes magnos, os patriarcas, os sábios, os anciãos e os chefes de família que atuavam com força de obrigação sobre as comunidades que lhes eram subordinadas.

“É que assembleias, de si mesmas, são inorgânicas e tende à dispersão e ao individualismo. Um governo de assembleia seria um governo anárquico, sem unidade, sem coerência e sem responsabilidade; em outras palavras, desordenado e inefetivo.” explica Faraco (1993, p. 11).

Portanto, para colocar em prática a essa necessidade de alguém para liderar a coletividade, foi criado o Poder Legislativo, o qual Faraco (1993, p. 10) disserta sobre o assunto:

Por sua vez, entretanto, o Parlamento é um grupo social com características que o singularizam, não apenas como órgão instituído para dar expressão política específica à coletividade, mas ainda como grupo que melhor do que qualquer outro tem condições de preencher esse objetivo, embora possa também fazê-lo não só imperfeitamente – como é inevitável em toda obra humana – mas até de forma altamente defeituosa e negativa, o que não é inevitável e pode ser evitado.

Cabe ao Parlamento ser a expressão especificamente política da coletividade, quer dizer, dar a esta uma consciência viva e, nos limites do possível, uma voz efetiva no tocante à orientação e administração a coisa pública, ao governo enfim. (FARACO, 1993, p. 10)

Este Poder Legislativo é formado a nível nacional, estadual e municipal, exercidos, respectivamente, pelo Congresso Nacional, onde o poder é praticado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. E este trabalho tem o objetivo de estudar unicamente este último, para entender a nível municipal este processo.

Sanches (1996, p. 2) explica que um dos instrumentos básicos de sistematização das políticas públicas é o planejamento governamental, e neste particularmente a Constituição assegura relevante participação ao Legislativo, seja através de apreciação e aprovação do Plano Plurianual, da apreciação dos Planos Nacionais, Regionais ou Setoriais, e/ou da fixação de metas específicas através das Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Outro instrumento básico de formulação e implementação de políticas públicas é a alocação de recursos.

Assim esses dois importantes instrumentos de explicitação das políticas públicas as maiores inovações da Constituição foram a Lei de Diretrizes Orçamentária, o caráter estruturado dado à Lei Orçamentaria Anual, a Comissão Mista de Orçamento e as normas básicas para elaboração e modificação dos orçamentos.

São esses institutos que, em seu conjunto, propiciaram um grande avanço no sentido de assegurar ao Poder Legislativo uma participação relevante no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Conforme Jesus (1996 apud OLIVEIRA, 2009, p. 24) algumas das competências privativas e atribuições, de interesse local, da Câmara Municipal são:

A) Atribuições: tributos municipais; autorização de isenções e anistias fiscais e remissões de dívidas; orçamento anual; autorização para obtenção de empréstimos e operações de crédito; concessão e permissão para prestação de serviços públicos; alienação e concessão de bens imóveis; elaboração do Plano Diretor Físico – Territorial de Desenvolvimento Integrado; delimitação do perímetro urbano; criação e transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquias e fundações;

B) Competências privativas: elaborar o regimento interno; eleger sua Mesa Diretora ou destituí-la se necessário; dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação de cargos, bem como a fixação das respectivas remunerações; dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito; fixar seus próprios salários e os do Prefeito e Vice; exercer, com auxílio do Tribunal de Contas a fiscalização das finanças, orçamentos, patrimônio do município; julgar as contas anuais do município; sustar atos do poder executivo que exorbitem

do poder regulamentar; autorizar referendo e convocar plebiscito; alterar a Lei Orgânica do município;

Portanto até agora, foi explicado as funções do Legislativo para com a Câmara e o povo, mas ocorre que segundo a Constituição Federal, o povo também pode reivindicar seus direitos e suas pautas:

Art2 “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.” (BRASIL, 2012)

Art 29 – XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado

Azambuja (1969, p. 180) explica que “na verdade, a função do parlamento não se limita à elaboração das leis; sua influência tem-se tornado cada vez maior [...]”.

Contudo, é neste palco, das competências e atribuições do Poder Legislativo e de iniciativa popular dos cidadãos, principalmente na formulação de Políticas Públicas que agem os grupos de pressão, conforme Queiroz (2006) explica:

O Poder Legislativo, no exercício de suas funções primordiais, como é natural na democracia, recebe influência institucional – por intermédio dos partidos políticos, dos blocos partidários e lideranças dos partidos – e não-institucional – por meio de grupos de pressão, de bancadas ou frentes suprapartidárias, consultorias e organizações externas, tanto intergovernamentais – por meio de assessorias parlamentares dos demais poderes – quanto das entidades e organizações não-governamentais. (QUEIROZ, 2006, p. 26)

Se a pedra fundamental do Legislativo são as políticas públicas, que, conseqüentemente, são as diretrizes, procedimentos e regras que determina a interação entre o Estado e o povo. E neste processo pode-se receber interferências de influências de grupos de pressão e do povo como todo, seja com a iniciativa popular, seja com métodos de persuasão, estudos especializados sobre determinados assuntos ou qualquer outra maneira em que trabalha este grupo, conclui-se que o processo de políticas públicas são dinâmicos, com grandes pressões, negociações, quedas de braço para que as reivindicações de diferentes demandas sejam colocadas como prioridades na agenda de políticas públicas.

### **2.3 Grupos de Pressão**

A partir do momento em que os indivíduos se organizam em grupo e buscam ao menos um interesse em comum, na medida em que vão se constituindo formalmente, as forças



que possuem para pressionar alguém pode aumentar, ou seja, quanto mais concreto está seu objetivo, maior é sua capacidade de pressão que possui. Pode-se tomar por exemplo uma greve, se a empresa possui 10 funcionários e apenas 03 cruzam os braços, é fácil ao empresário fazer retaliações, no entanto quando os 10 se organizam e todos paralisam as atividades, mais pressão exercem sobre o patrão.

Considerando que um grupo organizado possui objetivo concreto, entende-se que este grupo também possui forças para pressionar agentes políticos. E para clarificar este entendimento, é fundamental entender a conceituação do termo grupos de pressão, assim recorre-se à dissertação de Azambuja (1969, p. 315), onde explica que “grupo de pressão é qualquer grupo social, permanente ou transitório, que, para satisfazer seus interesses próprios, procure obter determinadas medidas dos poderes do Estado e influenciar a opinião pública”. Entende-se então que “qualquer grupo social pode ser um grupo de pressão, quando e enquanto procure obter dos poderes públicos leis, decretos, decisões que atendam seus próprios interesses” (AZAMBUJA, 1969, p. 315). A autora continua a explicação:

[...] muitas vezes vários indivíduos se agrupam transitoriamente para pleitear benefícios do Estado, agindo pelos corredores dos parlamentares, antecâmaras presidenciais e ministeriais, repartições públicas e autarquias.

Muitos autores entendem que, para ser considerado grupo de pressão, é preciso que ele difunda seus interesses particulares; se o que advoga é de interesse público, não é grupo de pressão. (AZAMBUJA, 1969, p. 315)

Sem dúvida a tese é defensável; mas convém lembrar que aos poderes públicos, Legislativo, Executivo e Judiciário, é que, por definição, compete conhecer e tratar do interesse público. Esquecido ou descuidado pelos órgãos do Estado, por isso deixa de haver pressão. Existirá, no caso, omissão e culpa dos poderes públicos.

Se são ilícitos, a pressão é criminosa, podendo configurar-se em vários delitos.

Desse aspecto não trataremos aqui; está previsto nas leis penais. Mesmo em se tratando de interesse lícito, pelo fato de serem particulares, a atividade dos grupos de pressão desperta geralmente reações de antipatia e condenação.

Não deve ser essa atitude de quem trata a ciência política. Vários motivos fazem dos grupos de pressão sob certas condições, um dos fatores mais úteis ao regime democrático.

“A persuasão é a tática mais usual e se reveste das mais variadas formas. Memoriais, ofícios, artigos de jornal, entrevistas, radiodifusão, televisão, conferências, comícios e até livros bombardeiam os poderes públicos para deles conseguir uma decisão favorável.”, explica Azambuja (1969, p. 317).

Oliveira (2004, p.12) esclarece que “os grupos de pressão fornecem informações confiáveis e comprováveis aos tomadores de decisão e os mesmos transformam esses grupos em interlocutores, convidando-os a emitir sua opinião quando necessário”.

Para Andrada (1998, p. 44):

Entende-se por grupo de pressão ou *lobby* determinados indivíduos treinados para influírem em setores das elites ou dos governos, principalmente nos grupos dirigentes, buscando alcançar certos tipos de soluções para problemas econômicos ou sociais dentro da comunidade, em favor dos segmentos a que estão ligados.

O grupo de pressão é uma organização treinada para ter contatos com áreas influentes, visando a convencer e conseguir decisões que favoreçam os segmentos que lhes propiciaram a missão.

Modernamente os grupos de pressão podem ser indicados como manifestações da Micropolítica, pois que responsáveis por decisões significativas do Governo.

Segundo Faraco (1993, p.9), “os diversos grupos que, como as Igrejas, as Universidades, a Imprensa, os Sindicatos e Associações Profissionais, as Forças Armadas, se apresentam como expressões da estrutura social e exercem influência sobre a vida da comunidade.”

Referente a Partido político, Professor Pinto Ferreira (apud MALUF 1999), explica que “o partido político é uma associação de pessoas que, tendo a mesma concepção de vida sobre a forma ideal da sociedade e do Estado, se congrega para a conquista do poder político a fim de realizar um determinado programa. Assim compreende-se que o partido político é também um grupo de pressão, mas não necessariamente o grupo de pressão tem que ser somente um partido político.

Andrada (1998, p. 38) define: “partido político como um agrupamento de militantes com programa próprio, voltado para as disputas que visam à tomada do Poder, quer democraticamente no Mundo Ocidental, quer em termos autocráticos ou revolucionários em outras áreas do Planeta.”

Aragão (1996, p. 151) aponta para a existência de cinco grupos de pressão, os quais são:

- (a) grupos empresariais, composto por entidades e empresas;
- (b) grupos de trabalhadores, composto pelos vários níveis de sindicatos de trabalhadores e eventualmente, grupo de trabalhadores de uma mesma empresa;
- (c) grupos de profissionais, tais como engenheiros, advogados, médicos, dentistas, geólogos, contabilistas, jornalistas, entre outros;
- (d) grupos de natureza diversa, tais como grupos ambientalistas e religiosos, entre outros; e, por fim,
- (e) os poderes públicos”

A participação social é um processo democrático e de extrema relevância como a forma de governo onde o poder é exercido pelo povo, e tratando-se de demandas diversificadas, pode-se levar em consideração que os vereadores são eleitos pelo povo e se

preocupam em manter esta democracia. Sabe-se que a quantidade de cidadãos que frequentam as casas legislativas é muito inferior ao número de eleitores de uma cidade, compreende-se que, através de reivindicações da comunidade que se une para um mesmo objetivo, pode-se influenciar na política de todo o município.

Assim, como desfecho deste capítulo, fazendo uma conexão com todos os temas explicados, entende-se que é no momento de formulação de políticas públicas, que o Poder Legislativo começa a formular sua agenda de prioridades e é neste processo que os Grupos de Pressão atuam a fim de obterem resultados pelos seus pleitos.

Se o Poder Legislativo tem a responsabilidade de selecionar as prioridades das demandas, então é nesta “vulnerabilidade” que os Grupos agem, dando visibilidade às demandas de suas reivindicações, seja através de técnicas de persuasão direta aos vereadores, ou através de outras técnicas que serão citadas durante este trabalho.

### 3. ABORDAGENS AOS ATORES ENVOLVIDOS

#### 3.1 Ambiente de Pesquisa

Segundo informações retiradas do *site* da prefeitura e fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São José dos Campos em 2015 possui uma população estimada de 688.597 habitantes, e suas origens remontam ao final do século 16, quando se formou a Aldeia do Rio Comprido, uma fazenda jesuíta que usava a atividade pecuarista para evitar incursões de bandeirantes. Porém, em 10 de setembro de 1611, a lei que regulamentava os aldeamentos indígenas por parte dos religiosos fez com que os jesuítas fossem expulsos e os aldeãos espalhados. Os jesuítas voltaram anos mais tarde, estabelecendo-se em uma planície a 15 quilômetros de distância, onde hoje está a Igreja Matriz de São José, no centro. Este núcleo, que deu origem à cidade, tinha clima agradável e ficavam numa posição estratégica em caso de invasões. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, e todas as posses da ordem confiscadas por Portugal.

O processo de industrialização de São José dos Campos tomou impulso a partir da instalação, em 1950, do então Centro Técnico Aeroespacial (CTA) – hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) – e a inauguração da Via Dutra, em 1951. Nas décadas seguintes, com a consolidação da economia industrial, a cidade apresentou crescimento demográfico expressivo, que também acelerou o processo de urbanização. Nos anos 90 e início do século 21, São José dos Campos passou por um importante incremento no setor terciário. A cidade é um centro regional de compras e serviços, com atendimento a aproximadamente 2 milhões de habitantes da Região Metropolitana do Vale e sul de Minas Gerais.

A cidade de São José dos Campos é localizada, pela Via Dutra – BR 116, a 84km (oitenta e quatro quilômetros) da capital de São Paulo.

Já a Câmara da “Villa de São José do Parahyba”, origem da Câmara atual, foi criada em 28 de julho de 1767, quando o ouvidor-geral Salvador Pereira ad Silva ordenou a eleição de vereadores, juízes e procurador. Dessa forma, houve o cumprimento de determinação do capitão-general D. Luiz Antonio de Souza Mourão, governador da Capitania de São Paulo.

A eleição ocorreu de um modo todo peculiar: os nomes dos interessados foram colocados em pelouros (bolas de cera) e um menino fez o sorteio. Foram empossados como vereadores Vicente de Carvalho (1º presidente da Câmara), Veríssimo Corrêa e Luiz Batista. Fernando de Souza Pousado e Gabriel Furtado foram os juízes escolhidos, enquanto que a função de procurador do Conselho foi exercida por Domingos Cordeiro.

Os vereadores do tempo colonial não tinham função legislativas. Apenas faziam cumprir as leis da Corte, dos vice-reis e capitães-generais que governavam as províncias. Apenas a partir de 1889 a função de vereador tomou caráter legislativo.

A história da Câmara de São José dos Campos se funde com a do município, pois em 1920 coube ao Legislativo iniciar a trajetória industrial da cidade com a apresentação da lei de regalias (benefícios) que permitiu a instalação da primeira fábrica (Fábrica de Louças Eugênio Bonádio).

A Câmara de São José dos Campos ocupou vários prédios. O atual foi inaugurado em 2 de fevereiro de 2002. Antes, a Câmara funcionou no prédio histórico da praça Afonso Pena, originalmente construído para abrigá-la e foi cedido para uso da então escola Normal Livre, por força da lei nº 217, no período de 1929 a 1969. O Legislativo também ocupou, juntamente com a Prefeitura, o prédio situado na confluência da rua 15 de Novembro com a Sebastião Humel, onde funciona a Biblioteca Municipal “Cassiano Ricardo”. Em registros históricos, consta que a Câmara e Prefeitura, antes de se instalarem nesse prédio, funcionaram na rua 7 de Setembro (Calçadão), em imóvel localizado no segundo quarteirão.

### **3.2 Tipos e Técnicas de Pesquisa**

Esta pesquisa tem como configuração inicial uma análise qualitativa, assim, como instrumentos de abordagem e para a coleta de dados foram utilizados dois questionários específicos: um voltado para os vereadores (Apêndice A) e o outro voltado para os líderes de grupos de pressão (Apêndice B). Também foi utilizado roteiro para entrevistas, onde o autor ao participar de sessões de Câmaras e visitar os gabinetes dos vereadores, entrevistou os funcionários que encontrou pelo percurso e a população envolvida no fenômeno.

A Câmara Municipal de São José dos Campos possui 21 vereadores e foi solicitado o agendamento da entrevista e deixado os questionários com todos os vereadores, mas apenas 01 vereador não conseguiu agendar a entrevista nem entregar o questionário dentro do tempo solicitado. Portanto dos 21 vereadores do Poder Legislativo local, 95,24% responderam todos os questionários e colaboraram com este trabalho, ou seja, o erro de amostragem para uma população finita é inferior a 2,5%.

O questionário buscou investigar a opinião dos vereadores quanto aos grupos de pressão, suas ações, membros, objetivos e efetividades.

Foi localizado, através das respostas dos vereadores, que aproximadamente cinco tipos de grupos de pressão estiveram presentes nas sessões da Câmara e nos gabinetes dos

vereadores, assim foi enviado e-mail para o líder destes grupos, no entanto houve o retorno de apenas de três grupos.

Após toda a coleta, os dados foram tabulados em uma planilha, onde, para não haver constrangimentos ou futuros questionamentos, os vereadores foram identificados com números (Por exemplo: Vereador 01, Vereador 02, Vereador 03). Em seguida foi gerado um gráfico para as respostas das perguntas fechadas, restritas a sim e não e logo após, uma análise para cada gráfico.

### 3.3 Coletas de dados

Para a coleta dos dados, foi desenvolvido dois questionários, sendo:

**Questionário de entrevista com vereadores:** Com o objetivo de conhecer a opinião de cada vereador a respeito de grupos de pressão, o autor desenvolveu um questionário com perguntas abertas e fechadas. Nestas, restritas a respostas dual de “sim” e “não”, buscando imaginar se os vereadores acreditam que os grupos conseguem influenciar as decisões destes parlamentares e se eles já mudaram alguma decisão por consequência destes grupos, o autor desenvolveu as seguintes perguntas: “acredita que grupos de pressão conseguem influenciar na decisão dos vereadores?”, “já mudou alguma decisão por respeito e influência de grupos de pressão?” e “você toma decisões imaginando sobre as consequências delas?”.

Tendo por base que os vereadores foram eleitos para representar o coletivo, assim para ter a certeza que, mesmo agindo por influência destes grupos, os vereadores continuam diferenciando as decisões de pensamentos coletivos com a de grupos de pressão, foi desenvolvida a seguinte questão: “suas decisões são baseadas no pensamento coletivo?”, “suas decisões são baseadas tentando imaginar a opinião dos grupos de pressão?”, “teme em tomar decisões e ser questionado por grupos de pressão?” e “nesta legislatura recebeu muita influência de grupos de pressão?”.

E para verificar opiniões extremistas, ou seja, para entender se algum destes vereadores é radical em relação aos grupos de pressão, agindo totalmente por influência destes grupos ou sendo indiferentes a eles, foram desenvolvidas as seguintes questões: “nesta legislatura, de todas suas decisões, nenhuma ou quase nenhuma foi baseada no poder de influência de grupos de pressão?” e “Nesta legislatura, de todas suas decisões ou quase todas foi baseada no poder de influência de grupos de pressão?”.

E para finalizar o grupo de questões fechadas, o autor tendo como meta verificar se os vereadores acreditam que os grupos de pressão são importantes para exercer o Poder

Popular, criou a última questão: “acha que o grupo de pressão é importante para exercer o Poder Popular?”.

Em seguida foram adicionadas perguntas abertas aos vereadores, para dar a oportunidade de expressar suas opiniões de modo mais amplo e assim não pecar por deixar de colher qualquer outra informação que pudesse agregar ao trabalho. Nesta etapa a primeira pergunta teve o objetivo de verificar quais foram os grupos que estiveram presentes na legislatura para em seguida poder entrevista-los, sendo: “na sua opinião, quais foram os grupos de pressão que estiveram presentes nesta legislatura (sindicatos, religiões, sociedades de bairro etc)?”. E para dar a oportunidade mais ampla, as seguintes questões: “Na sua opinião, todos os vereadores temem os grupos de pressão?”, “qual sua opinião sobre os grupos de pressão?” e “Qual informação a mais pode contribuir com este trabalho?”.

Conforme explicado anteriormente, foi agendado horário com cada vereador, onde o vereador respondeu o questionário e efetuou um debate com o autor, a fim de compartilharem informações a respeito do trabalho.

**Questionário de entrevista aos líderes de grupos de pressão:** Como a principal finalidade do trabalho é descobrir quais foram os grupos que influenciaram nesta legislatura, então após descoberto, através do questionário de vereadores, foi desenvolvido o questionário aos líderes com perguntas contendo as seguintes alternativas: 1- Concordo Plenamente, 2- Concordo Parcialmente, 3 – Não concordo, nem discordo, 4 – Discordo Parcialmente e 5- Discordo Plenamente.

Para analisar a visão dos próprios grupos, foi criada as seguintes afirmações: “Grupos de pressão exercem influência nas decisões do Poder Legislativo”, “Os Vereadores temem a grupos de pressão”, “Todas as decisões do Poder Legislativo são influenciadas por algum grupo de pressão” e “Nenhuma decisão do Poder Legislativo é influenciado por grupos de pressão”.

Em seguida, para compreender a maneira que os grupos de pressão agem, foi desenvolvida a seguinte pergunta aberta: “De que maneira este grupo exerce pressão no Poder Legislativo, ou seja, como atuaram?”. Também, para compreender o objetivo e resultado dos grupos, foi desenvolvido as seguintes perguntas: “Qual é o objetivo que seu grupo defende” e “Qual foi algum objetivo/Resultado que vocês já atingiram?”. Por fim, para entender como o grupo é formado e dar espaço para com que o líder possa contribuir com o trabalho, as seguintes perguntas foram feitas no questionário: “Quem são os membros de seu grupo (profissão, religião etc)?” e “Qual informação a mais pode contribuir com este trabalho?”.

**Visita nos locais e técnicas de observação:** Também foi visitado sete sessões de Câmara e anotado todas as informações em um caderno, inclusive houve entrevistas pessoais com alguns presentes nas sessões e em seguida foi selecionada as anotações mais pertinentes.

### **3.4 Análise de dados**

Para analisar os dados colhidos, quanto as perguntas fechadas foi efetuado gráficos com as respostas dos vereadores, o qual o autor efetuou suas considerações finais sobre cada gráfico.

Quanto as perguntas abertas e visitas no local, o autor selecionou todas as informações que julgou relacionar ao trabalho, para efetuar suas considerações finais e análises.



## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta sessão será apresentado o resultado dos questionários e das visitas realizadas nas sessões, juntamente com a análise do autor.

### 4.1 Entrevista com os vereadores

Ao analisar o gráfico 11, é possível compreender que 80% dos vereadores entrevistados acreditam que os grupos de pressão conseguem influenciar as decisões dos vereadores, sendo assim, se eles próprios têm essa consciência e levando em consideração que 10% preferiu não responder a esta questão, o objetivo de pesquisa já foi satisfatório, pois já é possível concluir que é preponderante a afirmativa que os vereadores se sentem influenciados por estes grupos.

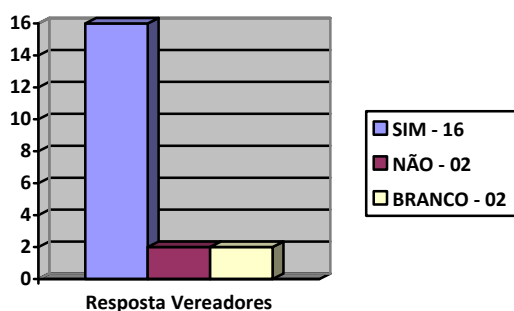


Gráfico 01 - Acredita que “grupos de pressão” conseguem influenciar na decisão dos vereadores?

A análise do gráfico 12 demonstra que a maioria dos vereadores já mudaram alguma decisão por respeito e influencia destes grupos de pressão, portanto, é possível concluir que estes grupos realmente possuem o poder de influenciá-los.

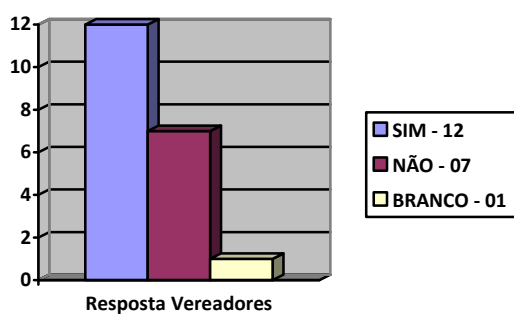
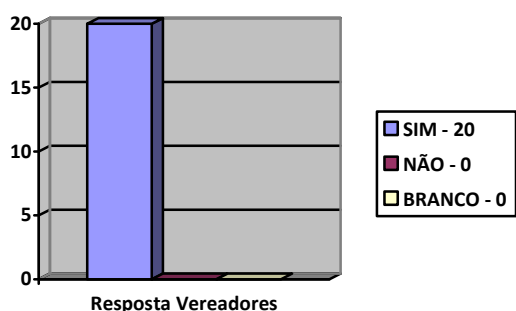


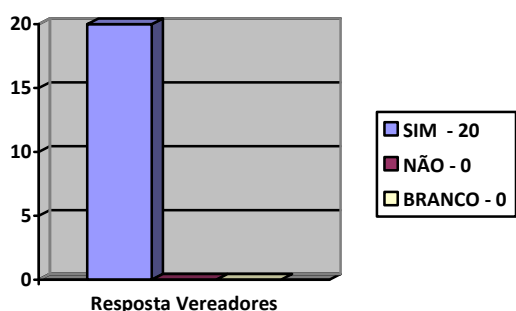
Gráfico 02 - Já mudou alguma decisão por respeito e influência de grupos de pressão?

No gráfico 13 demonstra que todos os vereadores entrevistados tomam suas decisões pensando nas consequências, portanto, quando se diz que são influenciados por grupos de pressão, não quer dizer que agem por pressão ou de modo irracional simplesmente para agradar os grupos de pressão, mas agem sempre pensando nas consequências e impactos que suas decisões podem acarretar.



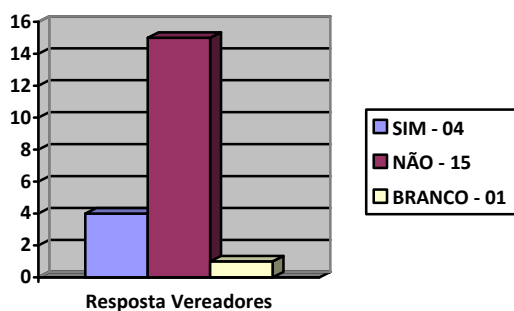
**Gráfico 03 - Você toma decisões imaginando sobre as consequências delas?**

Todos os vereadores afirmam, através da questão relacionada ao gráfico 14, que são cuidadosos em tomar decisões baseando-se no pensamento coletivo. Ou seja, mesmo agindo por influência destes grupos, não agem por suas próprias opiniões, mas sempre representam algum grupo coletivo.



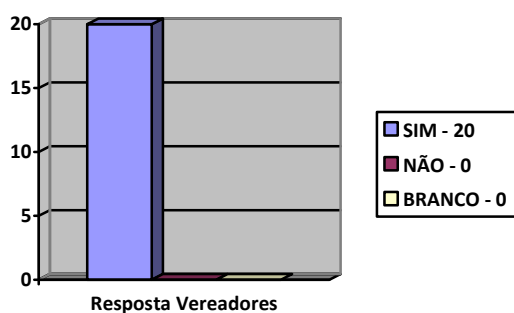
**Gráfico 1 - Suas decisões são baseadas no pensamento coletivo?**

. Ao analisar o gráfico 15 e levar em consideração os gráficos já analisados anteriormente, entende-se que os vereadores não trabalham em prol deste grupo, portanto todas suas decisões não levam em consideração o que poderia ser pensando por estes grupos ou qual poderia ser a opinião dos grupos para em seguida tomar suas decisões, mas agem por si mesmos e se houver pressão, analisa os argumentos para assim tomar as atitudes.



**Gráfico 05 - Suas decisões são baseadas tentando imaginar a opinião dos grupos de pressão?**

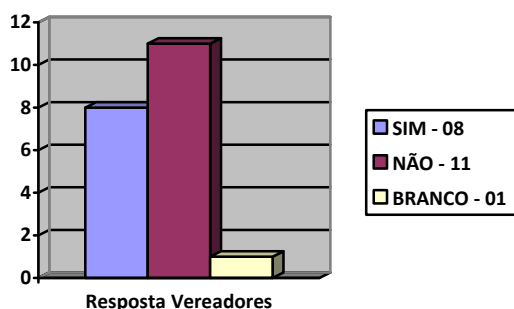
. Mesmo não agindo em prol dos grupos, conectados com as possibilidades de opiniões dos grupos, os vereadores simplesmente temem ser questionados por grupos, assim sendo, mesmo não tomando todas suas decisões pensando nas opiniões dos grupos, eles temem ser questionados futuramente por alguma ação cometida, conforme gráfico 16.



**Gráfico 2 - Teme em tomar decisões e ser questionado por grupos de pressão?**

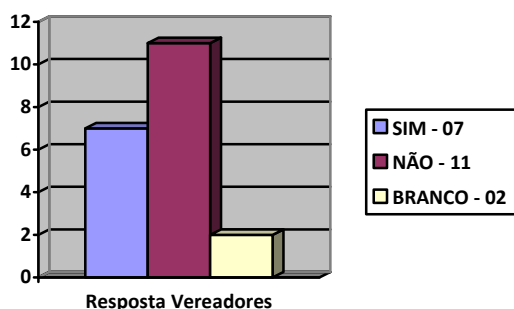
No gráfico 17 houve divergência de opiniões, mas a maioria informou que não houve tantas pressões nesta legislatura

Inclusive, durante a entrevista com alguns vereadores, foi relatado que no passado já houve legislatura que recebeu pressão destes grupos durante todo o percurso da eleição.

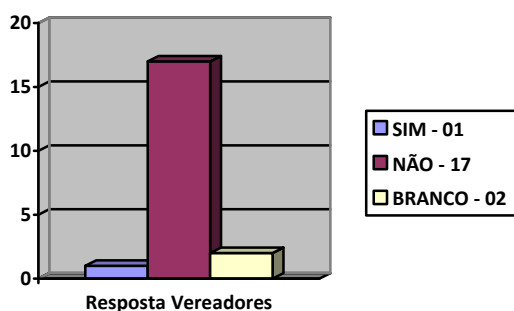


**Gráfico 07 - Nesta legislatura recebeu muita influência de grupos de pressão?**

Tanto no gráfico 18, quanto no gráfico 19, é possível concluir que a maioria dos vereadores não tiveram o radicalismo em suas decisões, ou seja, nem todos tomaram decisões baseadas completamente no poder de influência destes grupos.

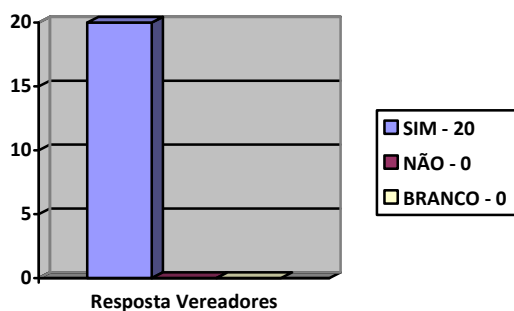


**Gráfico 08 - Nesta legislatura, de todas suas decisões, nenhuma ou quase nenhuma foi baseada no poder de influência de grupos de pressão?**



**Gráfico 3 - Nesta legislatura de todas suas decisões ou quase todas foram baseadas no poder de influência de grupos de pressão?**

Para finalizar a análise dos gráficos, com um resultado muito importante para este trabalho, foi unanime em afirmar por todos os vereadores entrevistados que eles creditam que grupos de pressão são importantes para exercer o poder popular, conforme gráfico 20.



#### **Gráfico 4 - Acha que o grupo de pressão é importante para exercer o poder popular?**

##### **4.1.2 Resultados das respostas – perguntas abertas**

Devido as respostas extensas e a autopromoção que alguns vereadores fizeram através do questionário de perguntas abertas, para não ser injusto com os vereadores que tiveram o compromisso de responder objetivamente, não foi colocado neste trabalho as respostas abertas dos parlamentares, apenas destacou-se as partes concisas.

Quanto aos grupos de pressão, a maioria dos vereadores apresentaram respostas positivas em relação aos grupos, afirmando que a câmara municipal é o espaço que o povo exerce sua cidadania e mantem a democracia atuante, garantindo que o parlamento deve ser o palco das reivindicações. Também foi informado que os seguintes grupos tiveram presentes durante as sessões: entidades religiosas (principalmente no projeto do Plano Municipal de Educação), sindicatos (pleiteando benefícios aos seus representados), sociedades de bairro (reivindicando melhorias) e movimentos populares.

Afirmaram que houve influência de grupos de pressão em relação as decisões do legislativo em alguns projetos, onde após o trabalho destes grupos alguns vereadores mudaram de opinião, conseguindo assim atingir os objetivos destes grupos que atuaram nesta legislatura. Os principais Projetos que receberam influências foram:

- Projeto de Lei nº 162 (Processo:6307/2015) que dispõe sobre concessão de reajuste de vencimentos e salários dos servidores públicos do Poder Executivo: Neste projeto, segundo relatos, houve muita pressão principalmente de sindicatos ligados a representação dos servidores públicos, onde após demonstrarem através de estudos da importância do salário ser reajustado e através das articulações políticas, visitando o gabinete de cada vereador, o projeto foi aprovado por unanimidade dos vereadores. Antes da presença maciça destas entidades, alguns vereadores não apoiava o reajuste. Assim, entende-se que houve resultado da pressão exercida por estes sindicatos.

- Projeto de lei complementar nº 7 (Processo nº 3424/2015), que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no município: Onde alguns movimentos populares estiveram presentes, entre eles: Movimento Unificado do Vale (MUV) e Avança Brasil – Maçons BR, sendo que estes grupos, juntamente com pessoas da população que não queriam a instituição deste projeto, apresentaram grande quantidade de informação às mídias locais, utilizaram redes sociais e panfletos para apresentar à população em geral o projeto, demonstrando que caso fosse aprovado, poderia gerar dívidas futuras para próximas gestões executivas do município. Assim a população pressionou seus vereadores para reprovar este projeto. Alguns

vereadores também realizaram estudos apurados em respeito a este projeto, apresentando às sessões. Após grandes debates, este projeto foi rejeitado.

- Projeto de Lei nº 161 (Processo nº 6306/2015), que aprova o Plano Municipal de Educação: Nesta legislatura a maioria dos vereadores acreditam que este foi o projeto mais polêmico e no qual vários grupos estiveram presentes, sociedades de bairro, movimentos populares e principalmente entidades religiosas. A polêmica causada por este projeto foi devido a ideologia de gênero, pois a comunidade conservadora não aceita que na educação pública seja debatido este assunto e não aceita que os professores possam dar a orientação a respeito de orientação, gênero e afins. Assim houve a presença de maciça de lideranças religiosas, incluindo também, na última sessão, a presença de juízes. Mesmo a administração municipal não incluindo o termo “ideologia de gênero”, havia termos que poderiam dar o mesmo significado, como: pluralidade, democracia, etc

Nas visitas realizadas *in loco*, o autor encontrou com vereador que em sua opinião pessoal é favorável que as escolas ensinem sobre a ideologia de gênero, mas preferiu votar à retirada dos termos para prevalecer a opinião pública, pois acredita que a população joesense é mais conservadora neste ponto. Por questões políticas o vereador solicitou o anonimato.

#### **4. 2 Entrevista com líderes de grupos de pressão.**

Como explicado anteriormente, foi enviado o questionário a diversos líderes de grupos de pressão identificados durante as abordagens com vereadores, no entanto apenas 03 responderam os e-mails e questionários pessoais, sendo: Pastoral da Comunhão – Paróquia Espírito Santo (respondido pela líder Leticia Aguiar); Movimento Avança Brasil (respondido por Joy Arruda) e Sociedade de Bairro Recanto das Tamoios (respondido pelo seu presidente João).

A Pastoral da Comunhão é um movimento religioso, onde seus membros são católicos, e o objetivo deste grupo foi impedir que a ideologia de gênero fosse inserida no Plano Municipal de Educação, mostrando ao legislativo que esse tipo de orientação não é responsabilidade das escolas. Este grupo também combate todo tipo de erotização infantil, deixando claro a posição da igreja – com o consentimento do Bispo Diocesano Dom Cesar e dos padres locais. As estratégia do grupo foi a ampla divulgação de materiais explicativos através de redes sociais, palestras e mídias de comunicação. O grupo também visitou alguns vereadores no sentido de solicitar sua aliança com o movimento. Tendo seus objetivos atingidos satisfatoriamente.

O movimento Avança Brasil é um movimento nacional liderado pelo seu porta voz Nilton Caccáos e coordenado por diversos líderes regionais, onde o Sr. Joy é Coordenador da Região Metropolitana do Vale e Litoral Norte. O grupo é formado por Maçons (entidade filantrópica, filosófica e progressista), sendo que estes maçons são de diversos segmentos: juízes, promotores, empresários, advogados, sindicalistas e funcionários em diversas empresas, é um grupo bem heterogêneo, no entanto entre todos os requisitos o membro é obrigado a ser do sexo masculino.

O objetivo deste grupo, segundo o entrevistado, é combater a corrupção e lutar por ideais de bons costumes, trabalhando para o desenvolvimento de uma sociedade mais unida e justa, fazendo prevalecer a lei e o bem. Assim o grupo atuou na cidade em diversas ocasiões, levando às ruas mais de 6 mil habitantes em uma passeata contra a corrupção e esteve presente durante as sessões legislativas de São José dos Campos objetivando: não permitir o PPP (Parceria Público-Privada) e todos atos contra corrupção e ilegalidades. Segundo o Coordenador o grupo obteve o êxito no projeto de PPP e conscientização dos joseenses no sentido de demonstrar as corrupções que tem assolado o país.

A sociedade de bairro do Recanto dos Tamoios é formada por moradores de um bairro que ainda não é regularizado na cidade, tendo como presidente o Sr. João e como Advogada, sua filha. O objetivo deste grupo é aumentar sua visibilidade dentro da câmara e conseguir a regularização do bairro. Segundo moradores, até o momento não foi regularizado, mas desde quando começaram a agir dentro das sessões legislativas, aumentaram sua visibilidade e deram amplo conhecimento aos joseenses em geral sobre a situação do bairro, onde atualmente possuem diversos apoiadores e acreditam na regularização breve. Este grupo foi citado pelos vereadores também, assim acredita-se que o objetivo de visibilidade foi atingido, pois diversos vereadores notam a presença maciça da comunidade nas sessões e, segundo vereadores, estão empenhados no sentido de regularizar o bairro.

### **4.3 Visitação no local e resultado das observações**

Ao realizar as visitas em sessões legislativas e percorrer pelos gabinetes dos vereadores e pela casa da democracia, foi também realizado diálogos com diversos atores: empresários, cidadãos Joseenses, assessores de gabinete, funcionários públicos e até mesmo com os porteiros do local. E foi constatado que há a circulação diária de diversos tipos de pessoas, com reivindicações e objetivos totalmente diferentes. Alguns vão ao local em busca dos serviços aos cidadãos – que na avaliação do autor, não é muito divulgado à população,

como por exemplo: elaboração de currículos, sala de pesquisa, expedição de atestado de antecedentes criminais, orientações jurídicas, cópias e plastificação de documentos e fotos 3x4 para quem está sendo contratado para algum emprego ou para quem está tirando a carteira de trabalho. Outros vão ao local, em busca de ajuda dos vereadores para soluções de seus problemas diários, seja um habite-se, uma falta de assistência médica ou até mesmo para um desabafo.

Em todo o momento em que houve a oportunidade de entrar no assunto sobre grupos de pressão com essas pessoas foi realizado a abordagens e para as pessoas que não sabiam o significado de grupos de pressão foi realizado a explicação e, para aquelas que sabiam o significado, foi questionado sobre o assunto e escolhido as seguintes respostas para serem analisadas:

“O voto é uma forma limitada de democracia, pois apesar de eleger um representante, este nem sempre busca aos eleitores para tomar suas decisões baseados na maioria da opinião da comunidade que o elegeu” – O locutor desta mensagem foi bem claro explicar que o grupo de pressão pode ser também uma forma a mais de reivindicar a própria democracia.

“Os grupos de pressão podem atuar dentro do próprio parlamento e isso é comum, afinal, há as famosas: bancada evangélica, bancada feminina, bancada sindical, bancada patronal, etc. Ou seja, são vereadores/deputados/senadores eleitos com grande representação em seus grupos externos e atuam dentro do parlamento em conjunto com outros políticos com os mesmos pensamentos” – O emissor desta mensagem contribuiu muito para este trabalho, afinal, o trabalho foi focado em cima dos grupos de pressão externos, mas durante as entrevistas com vereadores, eles próprios explicam que representam alguma classe: seja trabalhista, seja religiosa etc.

#### **4.4 Discussão de resultados**

Para dar o desfecho desta sessão, entende-se que todos os objetivos da pesquisa foram concluídos com êxito e os resultados foram satisfatórios, portanto, o autor conseguiu colher todas informações para dar uma consideração final ao trabalho de forma bem analisada e com bases concretas.

Durante a pesquisa o autor encontrou com fatores que, mesmo não estando no escopo principal de pesquisa, veio a contribuir fielmente com a monografia.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de esclarecer os conceitos da tríade: Políticas Públicas, Poder Legislativo e Grupos de Pressão e fazer uma conexão com os temas, este trabalho conseguiu atingir seus objetivos propostos inicialmente, logo, foi dada a resposta para a questão central de pesquisa – Quais foram os tipos de grupos de pressão que agiram na 16ª Legislatura, tentando obter influências nas decisões dos vereadores? – identificando, através da resposta do objetivo geral, conforme informado pelos vereadores, que as entidades religiosas (principalmente no projeto de Plano Municipal de Educação), sindicatos (pleiteando benefícios aos seus representados), sociedades de bairro (reivindicando melhorias) e movimentos populares, estiveram presentes e atuaram a fim de obter algum tipo de influência nas decisões dos parlamentares.

O primeiro objetivo específico – Verificar quais foram as técnicas utilizadas por estes grupos - foi respondido pelos próprios líderes destes grupos, os quais informaram que utilizaram as seguintes técnicas: ampla divulgação de materiais explicativos através de redes sociais, palestras e mídias de comunicação, visita nos gabinetes dos vereadores a fim de solicitar alianças e manifestações. Porém ainda há outras técnicas de trabalho de grupos de pressão, tais como: estudos técnicos sobre o assunto envolvido, trabalho de conscientização da população em geral, entrevistas em rádios e mídias de comunicações em geral e qualquer outro fator de persuasão.

O segundo objetivo específico – Apresentar os resultados que estes grupos tiveram – atingiu totalmente seu sucesso, explicando que:

- Projeto de Lei nº 162 (Processo:6307/2015) que dispõe sobre concessão de reajuste de vencimentos e salários dos servidores públicos do Poder Executivo: os grupos envolvidos tiveram resultados, fazendo com que o projeto fosse aprovado.

- Projeto de lei complementar nº 7 (Processo nº 3424/2015), que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no município: os grupos envolvidos informaram que após as pressões, o projeto foi reprovado, fazendo assim a vontade dos grupos presentes nas sessões.

- Projeto de Lei nº 161 (Processo nº 6306/2015), que aprova o Plano Municipal de Educação: os grupos tiveram resultados positivos, pois foi retirado deste projeto todas as palavras que pudessem dar brechas para a implantação da ideologia de gênero na cidade.

E como último objetivo específico - Pesquisar a opinião dos vereadores e líderes de grupos de pressão a respeito do tema – foi apresentado a opinião de que os vereadores acreditam que os grupos de pressão exercem um poder de democracia

Além do mais, também houve, durante o processo de elaboração deste trabalho, resultados que não estavam como proposta de pesquisa, mas que enriqueceu ainda mais seu conteúdo, como o fato de que existe grupos de pressão também internamente, dentro da própria casa legislativa, como as bancadas evangélicas, feministas, sindicais etc, ou seja, as vezes o próprio vereador é eleito através de um segmento, seja um sindicato, uma igreja ou uma instituição representativa e este vereador acaba representando internamente os pleitos do grupo que o elegeu, deixando de ser um agente que recebe influências externas, para ser um agente que trabalha majoritariamente para defender os interesses coletivos de determinados grupos.

Pode-se concluir também que a participação da população nas sessões da Câmara é uma forma organizada de buscar pelas suas reivindicações, assim, esta participação é a forma mais válida para intermediar os interesses sociais com os agentes públicos, visando demonstrar de perto suas insatisfações, seus objetivos, desejos e anseios.

E tanto os grupos de pressão, quanto os partidos políticos, atuam no processo político e trabalham com o objetivo de causar algum tipo de mudança na política, o que diferencia os dois é que os partidos políticos têm como objetivo a conquista do poder, já os grupos de pressão querem apenas influenciar os políticos a fim de obter conquistas de suas reivindicações. Também é lembrado que alguns partidos políticos podem formar grupos de pressão para que, de modo camuflado, trabalhe em benefícios políticos

Muitas vezes a população visualiza a Câmara Legislativa distante do povo, como se fosse um local sem acesso, mas quando se efetua as visitas, compreende-se que realmente lá é a casa do povo, pois a população além de ter acesso aos vereadores, tem acesso a diversos serviços gratuitos que não são tão divulgados. Por isso é necessário que o eleitor esteja em contato com seu representante, saiba sobre os assuntos que estão em pauta na Câmara e opine por suas convicções, afinal, é direito do povo o contato com seus representados.

Porém, para maior clarificação, como desfecho é necessário evidenciar a importância dos grupos de pressão no processo de democracia e desenvolvimento do país, afinal o poder emana do povo e isso é garantido pela lei maior – Constituição Federal. Se o poder emana do povo, ele próprio tem a autonomia de causar as mudanças necessárias, seja através de pressões, ou de iniciativas populares. Assim é evidente que as políticas públicas estão

diariamente sobre pressão de diversos grupos, porém é necessário que o Poder Legislativo tenha a capacidade de refletir, estudar e negociar sobre cada assunto, fazendo com que prevaleça o bem comum e um país cada vez mais justo e perfeito.

Como indicação de trabalhos futuros, o autor sugere o seguinte tema: “Refletir como se materializa a pressão destes grupos”

## REFERÊNCIAS

SEBRAE/MG. **Políticas pública: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a pratica da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília. 2000.

TUDE, João M; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio P. de A. **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010 144p.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Enrique Saraiva e Elisabete Fernandes. **Políticas Públicas**, vol. I. Brasília: ENAP, 2006.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito**. Tradução de Pietri Nassetti. Editora Martin Claret Ltda: São Paulo, 2010.

FARACO, Daniel. **Parlamento, vale a pena?: e o parlamentarismo?**. Thex Editora e distribuidora Ltda: Rio de Janeiro, 1993.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. Rio Grande do Sul: Editora Globo, 1969.

ANDRADA, Bonifácio de. **Ciência política: ciência do poder**. São Paulo: LTr, 1998.

OLIVEIRA, Adalberto Alves de. **Os poderes constitucionais do município**. 2009. 53 p. Tcc de especialização em Administração Legislativa – Universidade do Legislativo Brasileiro, Brasília, 2009. Acesso em: 29/08/15 Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496484](http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496484)>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012

QUEIROZ, Antonio Augusto de. **Por dentro do processo decisório: como se fazem as leis**. Brasília: DIAP, 2006

OLIVEIRA, Andreia Cristina de Jesus. **Lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

ARAGÃO, Murilo de. A ação dos grupos de pressão nos processos constitucionais recentes no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 06-07. 1996. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/39346/24162> Acesso em 30 ago 2015

SANCHES, Osvaldo Maldonado. A participação do poder legislativo na análise e aprovação do orçamento. **Revista de informação legislativa, editada em Brasília pelo Senado**

**Federal**, Brasília, set. 1996. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/artigos/antes-de-2005/Artigo030.pdf> >. Acesso em 24 set 2015.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário de entrevista para os vereadores de São José dos Campos:

### QUESTIONARIO DE MAPEAMENTO DOS GRUPOS DE PRESSÃO NA 16ª LEGISLATURA

TRABALHO DE CONCLUSÃO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
ALUNO: ALLAN PHILIPPE SANTOS GÖPFERT PINTO ELIAS

VEREADOR(A): \_\_\_\_\_

QUESTÕES	SIM	NÃO
ACREDITA QUE “GRUPOS DE PRESSÃO” CONSEGUEM INFLUENCIAR NA DECISÃO DOS VEREADORES?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JÁ MUDOU ALGUMA DECISÃO POR RESPEITO E INFLUENCIA DE GRUPOS DE PRESSÃO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VOCÊ TOMA DECISÕES IMAGINANDO SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS DELAS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SUAS DECISÕES SÃO BASEADAS NO PENSAMENTO COLETIVO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SUAS DECISÕES SÃO BASEADAS TENTANDO IMAGINAR A OPINIÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TEME EM TOMAR DECISÕES E SER QUESTIONADO POR GRUPOS DE PRESSÃO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NESTA LEGISLATURA RECEBEU MUITA INFLUÊNCIA DOS GRUPOS DE PRESSÃO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NESTA LEGISLATURA, DE TODAS SUAS DECISÕES, NENHUMA OU QUASE NENHUMA FOI BASEADA NO PODER DE INFLUENCIA DE GRUPOS DE PRESSÃO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NESTA LEGISLATURA, DE TODAS SUAS DECISÕES OU QUASE TODAS FORAM BASEADAS NO PODER DE INFLUENCIA DE GRUPOS DE PRESSÃO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ACHA QUE O GRUPO DE PRESSÃO É IMPORTANTE PARA EXERCER O PODER POPULAR?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

NA SUA OPINIÃO, QUAIS FORAM OS GRUPOS DE PRESSÃO QUE ESTEVE PRESENTE NESTA LEGISLATURA (SINDICATOS, RELIGIÕES, SOCIEDADES DE BAIRRO, ETC)?

NA SUA OPINIÃO, TODOS OS VEREADORES TEMEM OS GRUPOS DE PRESSÃO?

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE OS GRUPOS DE PRESSÃO?

QUAL INFORMAÇÃO A MAIS PODE CONTRIBUIR COM ESTE TRABALHO?

\_\_\_\_\_  
Assinatura

APÊNDICE B – Questionário de entrevista para líderes de grupos de pressão

## QUESTIONARIO DE MAPEAMENTO DOS GRUPOS DE PRESSÃO NA 16ª LEGISLATURA

TRABALHO DE CONCLUSÃO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
ALUNO: ALLAN PHILIPPE SANTOS GÖPFERT PINTO ELIAS

GRUPO / LÍDER: \_\_\_\_\_

**LEGENDA:** 1 – CONCORDO PLENAMENTE | 2 – CONCORDO PARCIALMENTE | 3 – NÃO CONCORDO NEM DISCORDO | 4 – DISCORDO PARCIALMENTE | 5 – DISCORDO PLENAMENTE |

QUESTÕES	1	2	3	4	5
GRUPOS DE PRESSÃO EXERCEM INFLUÊNCIAS NAS DECISÕES DO PODER LEGISLATIVO.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
OS VEREADORES TEMEM A GRUPOS DE PRESSÃO.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TODAS AS DECISÕES DO PODER LEGISLATIVO SÃO INFLUENCIADAS POR ALGUM GRUPO DE PRESSÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NENHUMA DECISÃO DO PODER LEGISLATIVO É INFLUENCIADA POR GRUPOS DE PRESSÃO.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

DE QUE MANEIRA ESTE GRUPO EXERCE PRESSÃO NO PODER LEGISLATIVO, OU SEJA, COMO ATUARAM?

QUAL É O OBJETIVO QUE SEU GRUPO DEFENDE?

QUAL FOI ALGUM OBJETIVO/RESULTADO QUE VOCÊS JÁ ATINGIRAM?

QUEM SÃO OS MEMBROS DE SEU GRUPO (PROFISSÃO, RELIGIÃO, ETC)?

QUAL INFORMAÇÃO A MAIS PODE CONTRIBUIR COM ESTE TRABALHO?